

## ENTREVISTA

**DR<sup>a</sup> SHIRLEY MACHADO DE OLIVEIRA - Promotora de Justiça da  
Comarca de Turmalina**



**A Dr<sup>a</sup> Shirley Machado de Oliveira exerceu as funções de Oficial do MPMG de 1999 a 2010 e de Analista do MPMG de 2010 a 2016. Em 2016 ingressou no cargo de Promotora de Justiça e atuou nas Comarcas de São João da Ponte e São Romão. Especialista em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de São Carlos/SP. Cursa MBA em Gerenciamento de Projetos na Fundação Getúlio Vargas. Membro da Academia de Letras do MPMG.**

## **1) A SENHORA PODERIA FALAR UM POUCO SOBRE SUA TRAJETÓRIA COMO PROMOTORA DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS, INDICANDO ALGUNS DOS PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS ATÉ AGORA?**

Ingressei na instituição em 1999, como Oficial do Ministério Público da Comarca de Ibiraci/MG, época em que cursava o segundo ano da Faculdade de Direito. Em 2010, fui nomeada para o cargo de Analista do MPMG, especialidade direito, e apenas em 2016 tomei posse como Promotora de Justiça.

Como substituta, atuei na Promotoria de São João da Ponte/MG, ocasião em que cooperava na Promotoria de São Romão. Desde fevereiro/17, sou titular da Promotoria de Turmalina/MG, no Alto Vale do Jequitinhonha.

Apesar dos anos como servidora, novos e grandes desafios surgem como membro do Ministério Público.

Primeiro, há desafios relacionados à gestão da unidade, que exige competências normalmente não desenvolvidas nos cursos de formação, embora absolutamente significativas para a qualidade do serviço prestado nas Promotorias de Justiça.

Outro grande desafio, em especial das Promotorias únicas, como Turmalina, é estabelecer diretrizes de atuação, de modo a elencar prioridades, visando otimizar a atuação ministerial, bem como conciliar a atuação resolutiva e proativa com a extensa carga de trabalho judicial, medidas adequadas, no meu ponto de vista, para inverter a lógica perversa de agirmos sempre após o problema instalado, fato que comumente acarreta sua recorrência, novamente roubando nossa força de trabalho.

## **2) A SENHORA JÁ PARTICIPOU DE VÁRIOS PROJETOS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM TURMALINA, SUA ATUAL COMARCA. DENTRE OS TEMAS TRATADOS ESTÃO O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, QUESTÕES AMBIENTAIS E CULTURAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A INFÂNCIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO. DISCORRA UM POUCO SOBRE OS OBJETIVOS DESSES PROJETOS E DESSAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.**

Entendo a audiência pública como um importante instrumento para o exercício da soberania popular, uma vez que oportuniza a participação da população na definição das prioridades institucionais, permitindo uma construção democrática do planejamento local de atuação.

Além disso, é um meio eficaz para dialogar com a sociedade, de forma a ampliar sua compreensão sobre seus direitos e deveres, bem como informá-la sobre a atuação da Promotoria de Justiça, prestando-lhe contas.

Por estes motivos, busco realizar com a periodicidade possível audiências públicas, colhendo informações sobre temas afetos às atribuições do Ministério Público, buscando

garantir legitimação social para as ações a serem propostas pela Promotoria de Justiça.

A primeira audiência pública realizada, por exemplo, inclusive com apoio da Coordenadoria Regional do Meio Ambiente, foi para ouvir a população a respeito dos impactos ambientais gerados por multinacional do ramo da silvicultura do eucalipto, produtora de carvão vegetal, especialmente a poluição atmosférica que atinge o Município de Turmalina há vários anos. Na oportunidade, foi apresentado à população pela primeira vez estudo realizado por Analista do MPMG sobre as causas da poluição, ligando o fenômeno à unidade de produção de carvão da referida empresa, medida que esclareceu a população e, ao lado de outras ações, contribuiu, para que, recentemente, a empresa iniciasse a implantação de sistema de queima de gases, reduzindo a poluição local.

Por sua vez, na atuação resolutiva, utilizo os projetos sociais como instrumentos de integração entre órgãos e instituições que possuam objetivos afins ao Ministério Público, para, de forma clara, objetiva e com divisão de responsabilidades, construirmos de forma sinérgica um resultado benéfico para a sociedade.

A pós-graduação em gerenciamento de projetos na FGV tem auxiliado na formulação e execução dos projetos conduzidos pela Promotoria de Justiça.

Cito como exemplo o desenvolvimento do projeto para o registro da cerâmica popular de Turmalina como patrimônio cultural imaterial do Município, realizado em parceria com a Faculdade de Direito Santo Agostinho, de Montes Claros, cujos objetivos preveem o fomento de ações de proteção e salvaguarda do bem cultural e, por consequência, o estímulo à preservação do referido patrimônio, fonte de renda para grande parte das moradoras dos Distritos de Campo Buriti e Campo Alegre, cujas associações são compostas por cerca de 137 pessoas, sendo a ampla maioria mulheres e provedoras do lar.

### **3) QUAIS FORAM, ATÉ O MOMENTO, OS RESULTADOS CONCRETOS PARA A COMUNIDADE LOCAL?**

Inicialmente, registro que os resultados obtidos pressupõem o trabalho aguerrido e eficaz dos membros do Ministério Público e servidores que antecederam à atual equipe da Promotoria de Justiça, sem os quais não seriam possíveis diversas das ações implementadas.

Assim, aponto, em síntese, como alguns dos resultados do programa local de atuação, a percepção de um maior empoderamento da sociedade, na medida em que, ao ser ouvida e consultada, se sente parte da solução de seus próprios problemas.

Outro resultado obtido a partir do desenvolvimento de projetos sociais, foi uma maior aproximação do Ministério Público e demais órgãos dos Municípios, da sociedade civil, bem como movimentos sociais, ocasionando abertura para constantes diálogos e reuniões, agilizando a prestação da atuação ministerial.

Também cito como resultados concretos do projeto Rede Mulher a qualificação do atendimento da mulher em situação de violência, com a efetivação, para além da

repressão ao crime, da articulação das políticas públicas das áreas da saúde, segurança pública, educação, etc., oportunizando atendimento integral à vítima de violência e seus familiares, através da criação da rede de enfrentamento à violência doméstica de Turmalina e de protocolo municipal de atendimento.

Na área da infância e juventude, a reestruturação dos CTs e capacitação dos integrantes do CT e CMDCA, bem como o aprimoramento da atuação em rede.

Na área da defesa do patrimônio público, priorizada a regularização do quadro de pessoal dos Municípios, está em andamento concurso público unificado realizado pela FADENOR/UNIMONTES, em relação aos Municípios de Turmalina, Veredinha e José Gonçalves de Minas (edital já publicado), nos moldes exitosos efetivados no norte de Minas, bem como a implantação e melhoria dos portais de transparência, com a adesão ao Projeto “Águas limpas” do CAOPP. Além disso, na área do patrimônio público, de forma resolutiva, foram expedidas em 2018 quatro recomendações, dentre as quais 3 delas foram acatadas e implicaram suspensão de pagamento de gratificações irregulares pelo Executivo de Leme do Prado e revogação de contratação ilegal de escritório de Advocacia mediante inexigibilidade de licitação pela Câmara de Veredinha, além de rescisão de contratação irregular pelo Município de Turmalina, demonstrando 75% de aproveitamento das recomendações expedidas na área em 2018, evitando a judicialização.

Na área do meio ambiente, cito a redução da poluição atmosférica decorrente do carvoejamento do eucalipto; criação de “comissão” com representantes dos quatro Municípios da Comarca para planejamento de ações ambientais conjuntas; acompanhamento sistemático dos processos/procedimentos judiciais relevantes, especialmente relacionados à disposição adequada dos resíduos sólidos e tratamento de efluentes; reativação de CODEMA; compreensão de medidas iniciais a serem adotadas para a salvaguarda da cerâmica popular artesanal, como o acesso aos barreiros, do qual não mais dispõem as artesãs, bem como a conscientização a respeito da dimensão do artesanato em barro como patrimônio cultural imaterial do Município.

#### **4) DISCORRA UM POUCO SOBRE OS OBJETIVOS E AS METAS DO PROGRAMA DE ATUAÇÃO FUNCIONAL IMPLANTADO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TURMALINA.**

A ideia de criar na Promotoria de Justiça um programa de atuação surgiu do anseio de buscar maior efetividade dos serviços prestados pelo Ministério Público na Comarca de Turmalina.

Em síntese, o programa tem por objetivo conhecer a realidade local, definir ações estratégicas e prioridades de atuação, implementá-las e monitorar o resultado, redefinindo novas prioridades, adequando o planejamento estratégico, e por consequência o plano geral de atuação, às necessidades concretas da sociedade local.

Desta forma, a fase inicial do programa foi o conhecimento, com maior profundidade, da realidade e dos problemas a serem enfrentados, através de diagnósticos que envolveram



pesquisas, realização de audiências públicas, levantamento de dados estatísticos, consulta às entidades da sociedade civil e academia, etc. É um processo contínuo, como são as mudanças sociais.

Ao lado disto, houve dedicação para compreensão da dinâmica da própria Promotoria de Justiça, o que incluiu conhecer a equipe e suas competências, valorizando-as, bem como estudo dos procedimentos judiciais e extrajudiciais em andamento. Relacionados à área meio, foram definidas e alcançadas como metas a reorganização da Promotoria de Justiça, a criação de novo cargo de estagiário, a reorganização do fluxo de trabalho, a criação de livros pertinentes, como o livro virtual de controle de TACs e ACPs, a padronização dos arquivos, criação de kanban para acompanhamento das atividades em andamento, etc.

Em paralelo, em relação à atividade-fim, de forma gradativa foram sendo estabelecidas prioridades de atuação, considerando sua importância para a solução dos problemas detectados, com identificação dos processos judiciais relevantes, os quais são acompanhados por planilha e tem o andamento monitorado, e procedimentos extrajudiciais prioritários, que recebem marcação específica e tramitação célere.

Além disso, o programa de atuação ainda prevê o direcionamento de parte da dedicação da equipe da Promotoria de Justiça para o desenvolvimento de ações consideradas estratégicas, a serem desempenhadas de forma preventiva e proativa, com foco na resolutividade.

Cito como exemplo, ação proativa desenvolvida na área da infância e juventude, em que, após realizado diagnóstico, inclusive através de audiência pública, em que ouvida população, sociedade civil e todos os equipamentos do sistema municipal de proteção dos Municípios da Comarca, foram reconhecidos problemas e estabelecidos objetivos e metas, cujas medidas de enfrentamento foram construídas em conjunto com grupo formado a partir da audiência pública, utilizando-se o método canvas, e incluíram a reestruturação dos CTs, capacitação dos conselheiros do CT, inclusive em língua portuguesa (realizada pela Biblioteca Comunitária “Ler é preciso”), capacitação dos integrantes do CMDCA, etc., cujas ações foram implementadas. Além disso, quanto à constatada necessidade da melhoria do trabalho em rede, a Promotoria de Justiça passou a acompanhar alguns casos paradigma, a fim de estimular a atuação integrada entre os órgãos e, por consequência, o atendimento integral dos beneficiários dos serviços públicos.

Atualmente, na área da infância, após a adoção das citadas medidas compreendidas como elementares para a estruturação do sistema municipal de proteção, a Promotoria de Justiça aderiu ao PGA finalístico 2018-2019 para a implementação e reordenamento do serviço socioeducativo em meio aberto.

Outro exemplo, na área do combate à criminalidade, após levantamento estatístico sobre os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio que abalou a comunidade local, foi desenvolvido, em parceria com a rede de proteção social municipal, assistência social judicial, entidades da sociedade civil, movimentos sociais, escolas, secretaria municipal de saúde, Hospital, ESFs, CAPS, Vigilância Epidemiológica, Conselho Tutelar, Polícias Civil e Militar e Assistência Judiciária, projeto para a criação da rede municipal de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, cujos objetivos incluíam a estruturação da rede, a criação de protocolo municipal de atendimento, criação de grupo de apoio às vítimas e agressor (ainda não efetivado), a ampla divulgação sobre os direitos da mulher, com envolvimento efetivo das escolas, etc.

Exemplifico também na área do meio ambiente, em que, após diagnóstico, realizado inclusive através de audiência pública, foram definidas prioridades de atuação, que envolveram a priorização dos processos/procedimentos relacionados à disposição adequada dos resíduos sólidos e tratamento de efluentes, o enfrentamento à poluição atmosférica decorrente do carvoejamento do eucalipto e a reorganização dos sistemas municipais de meio ambiente, visando à estruturação dos CODEMAS e fundos municipais de Meio Ambiente. Além disso, o diagnóstico permitiu o levantamento de problemas ambientais graves, os quais passaram a ser investigados pelo Ministério Público. Formado grupo a partir da audiência pública com representantes de todos os Municípios da Comarca, já realizadas duas reuniões em que os dados obtidos foram partilhados e discutidos, sendo que atualmente está em fase de elaboração projeto social na área, cujo escopo inclui a educação ambiental contextualizada da população, incluindo estudantes e agricultores.

Considerando os desafios já expostos, a construção do programa é contínua e gradativa, sendo elaborada com a soma de esforços de todos os integrantes da Promotoria de Justiça. Além disso, está em constante reconstrução, pois novos objetivos e metas serão previstos à medida que os atuais forem sendo cumpridos.

## **5) A SENHORA PODERIA DEIXAR UMA MENSAGEM FINAL AOS LEITORES DESTES BOLETIM, ESPECIALMENTE AOS MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MODO GERAL?**

Todos os dias construímos o Ministério Público desenhado pela Constituição de 1988, compromissado com a defesa dos direitos e a transformação da realidade, na medida em que atua para implementar os objetivos fundamentais da República, como a promoção do bem de todos e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Mas acima de tudo, todos os dias temos a chance de construirmos um mundo mais justo e digno, construção que passa pela nossa própria reconstrução como atores sociais e agentes políticos preparados e engajados, firmes quando necessário, mas também aptos a criar espaços democráticos de consensos e sinergia, bem como um ambiente de trabalho marcado pelo auxílio mútuo e conquistas partilhadas.

Apesar de lidarmos no dia a dia com graves problemas e mazelas, que possamos empreender nossos esforços com esperança, caminhando juntos rumo à utopia de uma sociedade feliz para todos.

Como no dizer de Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano:

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”